

658



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0067478-62.2009.8.17.0001 (0281567-2)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA e LAÉRCIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

*EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR INVERSÃO DA ORDEM DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS PREVISTA NO ART. 212 DO CPP. PERGUNTAS FEITAS INICIALMENTE PELO MAGISTRADO. REJEIÇÃO. NÃO CARACTERIZADO QUALQUER PREJUÍZO PARA A DEFESA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. VALIDADE DAS CONFISSÕES NA FASE INQUISITÓRIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA OCORRÊNCIA DE TORTURA. CONFISSÕES EXTRAJUDICIAIS CORROBORADAS PELOS DEPOIMENTOS JUDICIAIS DAS TESTEMUNHAS. EXISTÊNCIA DE PROVAS QUE FUNDAMENTAM SATISFATORIAMENTE A CONDENAÇÃO. IMPROVIMENTO DA APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.*

1. *Considerando não ter havido qualquer prejuízo à defesa, haja vista o magistrado a quo ter permitido aos advogados dos acusados complementarem a inquirição das testemunhas, não há que se falar em nulidade da audiência de instrução e julgamento, em aplicação ao*

*princípio do pas de nullité sans grief. Precedentes do STF e STJ.  
Rejeitada a preliminar.*

2. *Não há elementos nos autos que corroborem as alegações da defesa de que os apelantes confessaram a participação no crime sob tortura, haja vista a presença do advogado no interrogatório do segundo apelante e o fato do primeiro apelante ter reconhecido a participação em alguns crimes e não em outros, além dos apelantes terem sido submetidos a Perícia Traumatológica após as confissões, a qual constatou a inexistência de qualquer lesão corporal.*

3. *O STJ já manifestou entendimento no sentido de que a confissão extrajudicial, ainda que retratada em juízo, pode ser utilizada como prova acerca da autoria, desde que corroborada por depoimentos colhidos durante a instrução criminal, isto é, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. In casu, os depoimentos do gerente e do subgerente da agência bancária vítima, colhidos durante a instrução criminal, confirmam as confissões dos apelantes, obtidas na fase inquisitorial, de forma que há provas suficientes para formar o juízo de certeza acerca da autoria delitiva.*

4. *Apelação criminal improvida.*

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal n. 0067478-62.2009.8.17.0001 (0281567-2) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de Julho de 2014.

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
**RELATOR**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

641  
A

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0067478-62.2009.8.17.0001 (0281567-2)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA e LAÉRCIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

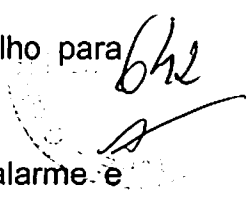
**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelações Criminais interpostas por WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA e LAÉRCIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR em face da sentença de fls. 461/472, da lavra do douto Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital, que os condenou, pela prática do crime tipificado no art. 155, § 4º, I, II e IV, do CPB (furto qualificado), à pena definitiva de 6 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, além de 50 dias-multa

Narra a denúncia que no dia 10/05/2008, por volta das 02h15min, na agência do Banco do Brasil do bairro do Espinheiro, os acusados subtraíram para si, mediante escalada e destruição de obstáculo, cerca de R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) pertencentes à referida agência bancária e 4 revólveres da marca Rossi, calibre 38, modelo 941, pertencentes à empresa Essencial Serviços de Vigilância Ltda.

A peça inaugural descreve também que os acusados tiveram acesso ao prédio pelo buraco do ar condicionado localizado na sala denominada "online" ou "suporte", que fica no primeiro andar do prédio, isto é, os acusados escalaram a parede

externa e desobstruíram o buraco do ar condicionado empurrando o aparelho para dentro da sala. 

Relata, ainda, que os acusados danificaram o sistema de alarme e comunicação da agência, mudaram a posição das câmeras de segurança e arrombaram portas em outras salas da agência, até encontrarem três cofres, dos quais um foi arrombado, o segundo foi parcialmente aberto e o terceiro permaneceu intacto.

Em suas razões recursais, o apelante WELLINGTON alega ausência de provas acerca da sua participação na conduta delitiva, argumentando que a única prova produzida contra o mesmo é a sua confissão extrajudicial, a qual foi obtida mediante tortura, sendo, portanto, ilegal. Sustenta, ainda, que não há reconhecimento do apelante por testemunhas ou informantes e que sua condenação viola, assim, os princípios da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*.

O apelante LAÉRCIO, por sua vez, argumenta em suas razões recursais, preliminarmente, a ocorrência de nulidade de todos os atos praticados após a audiência de instrução e julgamento por motivo de vício formal, consistente em afronta ao disposto no art. 212 do CPP, vez que o magistrado formulou perguntas às testemunhas e acusados, não permitindo que os advogados o fizessem diretamente, como determina a lei.

No mérito, o apelante LAÉRCIO alega ausência de provas acerca da sua participação no crime, argumentando que a condenação foi contrária às provas produzidas e acostadas aos autos, haja vista não ter havido reconhecimento do mesmo por nenhuma testemunha.

Em sede de contrarrazões, o *Parquet* aduz, preliminarmente, que não deve ser decretada a nulidade apontada haja vista não ter sido demonstrada a ocorrência de qualquer prejuízo para a defesa. No mérito, argumenta que há provas suficientes sobre a autoria, consubstanciadas no depoimento da testemunha Newton Rômulo de Barros Campos e do laudo pericial realizado no local do crime. Alega, ainda, que as testemunhas de defesa não demonstraram conhecimento dos fatos em apuração.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 619/623, opinou no sentido de negar provimento ao recurso, por entender que não houve vício capaz de causar a nulidade dos atos processuais posteriores à audiência de instrução e julgamento, vez que não foi demonstrado o prejuízo sofrido pela defesa e que o

processo penal é norteado pelos princípios da busca pela verdade real e da instrumentalidade das formas. No mérito, entendeu haver provas robustas no sentido de atribuir aos apelantes a autoria do delito.

**É O RELATÓRIO.**

À douta revisão.

Recife, 26 de Setembro de 2013.



DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0067478-62.2009.8.17.0001 (0281567-2)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA e LAÉRCIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de apelações criminais em que se alega, preliminarmente, a nulidade dos atos processuais posteriores às audiências de instrução por afronta à regra do art. 212 do CPP, que determina a inquirição das testemunhas diretamente pelas partes e não pelo juiz ou através deste, e, no mérito, a ausência de provas acerca da autoria delitiva, sob o argumento de que os depoimentos colhidos na fase inquisitorial foram obtidos através de tortura e que não há provas colhidas em juízo que confirmem a participação dos apelantes na conduta delitiva.

Narra a denúncia que no dia 10/05/2008, por volta das 02h15min, na agência do Banco do Brasil do bairro do Espinheiro, os acusados subtraíram para si, mediante escalada e destruição de obstáculo, cerca de R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) pertencentes à referida agência bancária e 4 revólveres da marca Rossi, calibre 38, modelo 941, pertencentes à empresa Essencial Serviços de Vigilância Ltda.

Descreve também que os acusados tiveram acesso ao prédio pelo ~~buraço~~ do ar condicionado localizado na sala denominada "online" ou "suporte", que

fica no primeiro andar do prédio, danificaram o sistema de alarme e comunicação da agência, mudaram a posição das câmeras de segurança e arrombaram portas em outras salas da agência, até encontrarem os cofres, de onde o dinheiro foi furtado.

#### DA PRELIMINAR

Em relação à preliminar levantada, cumpre observar que o STF e o STJ vem firmando o entendimento no sentido de que a mudança na ordem de inquirição das testemunhas trazida pela nova redação do art. 212 do CPP constitui nulidade relativa, sendo necessária a demonstração de prejuízo eventualmente sofrido pela parte a fim de que seja reconhecida a nulidade pelo referido vício, com fulcro no princípio do *pas de nullité sans grief*, como demonstra os seguintes julgados:

*“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA. ART. 212 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INVERSÃO NA ORDEM DE PERGUNTAS ÀS TESTEMUNHAS. PERGUNTAS FEITAS PRIMEIRAMENTE PELA MAGISTRADA. NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Pelo que se tem nos autos, não foi vedado à defesa nem à acusação inquirir diretamente as testemunhas. O juiz de primeira instância apenas afirmou, com base na sua interpretação do art. 212 do Código de Processo Penal, com a alteração da Lei n. 11.690/2008, que deveria inquirir primeiramente as testemunhas.*

*2. O princípio do pas de nullité sans grief exige, sempre que possível, a demonstração de prejuízo concreto pela parte que suscita o vício. Precedentes. Prejuízo não demonstrado pela defesa.*

*3. Recurso ao qual se nega provimento”. (STF, RHC 113.382/DF, Segunda Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe 08/10/2012).*

---

*“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ART. 28, INCISO II, DA LEI N.º 11.343/2006. INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS. INVERSÃO DA ORDEM PREVISTA NO ART. 212 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NULIDADE RELATIVA.*

**PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PRECEDENTES. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.**

1. *Conforme a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, a inquirição das testemunhas pelo Juiz antes que seja oportunizada a formulação das perguntas às partes, com a inversão da ordem prevista no art. 212 do Código de Processo Penal, constitui nulidade relativa. Assim, sem a demonstração do prejuízo, nos termos exigidos pelo art. 563 do mesmo Codex, não se procede à anulação do ato.*

2. *No caso, não restou demonstrada, a partir dos documentos constantes dos autos originários, a ocorrência de prejuízo concreto ao Paciente decorrente da pretensa nulidade, o qual sequer foi alegado nas razões da impetração.*

3. *Ordem de habeas corpus denegada*". (STJ, HC 251.737/RS, Quinta Turma, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 23/11/2012).

Dessa forma, considerando não ter havido qualquer prejuízo à defesa, haja vista o magistrado a quo ter permitido aos advogados dos acusados complementarem a inquirição das testemunhas, não há que se falar em nulidade da audiência de instrução e julgamento.

Assim, rejeito a preliminar arguida.

**DO MÉRITO**

No que tange ao mérito da apelação criminal, os apelantes alegam que não há provas acerca da participação dos mesmos na prática delitiva. No entanto, o conjunto probatório fornece provas robustas sobre a autoria delitiva, como será demonstrado.

Inicialmente, cumpre observar que os apelantes confessaram a prática do delito na fase inquisitorial, relatando com detalhes a empreitada criminoso, como demonstram os seguintes trechos de seus depoimentos:

Interrogatório policial de LAÉRCIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR, fls. 15/17:

*"Que, ele interrogado, juntamente com Juninho, Wellington, Binho, Nadinho e Mané, furtou por meio de arrombamento, a agência do banco do Brasil do Espinheiro, na ocasião foi subtraído o valor de*



R\$ 80.000,00 (cinquenta mil reais), sendo a sua parte o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mais três armas, sendo revólveres, calibre 38; Que, os instrumentos utilizados para a prática dos arrombamentos são: pé-de-cabra, alavanca, chave de fenda, alicate e após o uso desses instrumentos os mesmos eram jogados fora; Que, também são usadas luvas para evitar deixar impressões digitais; Que ele interrogado consegue abrir a porta com uma chave de fenda grande, coloca na fechadura e gira a mesma, depois que a porta é aberta, sai arrombando as outras portas até chegar no cofre, que o arromba com os instrumentos citados; Que ele interrogado afirma que sempre que há uma parada de furto para fazer por meio de arrombamento, leva uma sacola plástica para colocar o dinheiro; Que ele interrogado afirma que assim que entra nas agências procura cortar o fio do alarme com um alicate, e os alarmes ficam sempre no canto da parede; Que ele interrogado não tinha conhecimento de que as câmeras dos bancos ficavam ligadas durante a noite”.

Interrogatório policial de WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA, fls. 59/62:

“Que junto com seus amigos realizou vários furtos por meio de arrombamentos, dentre eles o furto ao Banco do Brasil, no dia 10.05.2008, juntamente com Júnior Negão, Juninho e Mané-Mané; Que na ocasião do arrombamento ao Banco do Brasil do Espinheiro, entrou pela porta da frente, arrombando a porta usando uma chave de fenda, enquanto seus comparsas entraram por trás, pela abertura do ar condicionado; Que ele interrogado por ser chaveiro tem facilidade em abrir portas e cofres e também é a pessoa encarregada de desativar o alarme (cortando os fios de forma a provocar o retorno, realizando um curto-circuito) e geralmente descobre onde fica instalado o sistema de alarme; Que ele interrogado ganhou a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) quando do arrombamento ao Banco do Brasil, agência do Espinheiro, sendo que o dinheiro furtado foi dividido em partes iguais para seus comparsas; (...) Que, além do furto ao Banco do Brasil, agência Espinheiro, ele interrogado também participou do furto por meio de arrombamento ao Banco Bradesco, agência de Igarassu; (...) Que ele interrogado também participou do furto realizado no dia

657

17.08.2008, por meio de arrombamento a agência do Banco do Brasil da Agamenon Magalhães; (...) Que ele interrogado confessa a sua participação no furto por meio de arrombamento ao Banco do Brasil da Cidade de Condado, Estado da Paraíba, no início do ano; (...) Que ele interrogado não participou do furto ocorrido ao mercadinho do Jordão, no dia 18.08.2008; (...) Que ele interrogado não sabe dizer quantos furtos realizou desde o período em que se encontra foragido da PAISJ; (...) Que perguntado ao interrogado se participou do furto por meio de arrombamento a agência do Banco do Brasil de Piedade, respondeu que não participou do referido furto, mas deu a ideia para seus comparsas, lembrou a eles o mencionado Banco; (...) Que perguntado ao interrogado se participou do furto, por meio de arrombamento a agência do Banco Real da Cidade de Camaragibe-PE, no dia 03.05.2008, disse que não participou do referido furto”.

Com efeito, as confissões obtidas na fase inquisitória constituem prova significativa da participação dos apelantes no furto à agência do Banco do Brasil localizada do Espinheiro, vez que os relatos são detalhados e se coadunam com as informações obtidas pelos peritos no local do crime, constantes do Laudo Pericial de fls. 33/55.

Ademais, não merece prosperar a alegação dos apelantes de que as confissões devem ser desconsideradas por tratar-se de prova ilícita, sob o argumento de que os acusados foram torturados durante os depoimentos na delegacia. Tal afirmação não é crível diante das circunstâncias do caso concreto, vez que o advogado do apelante LAÉRCIO estava presente no momento do interrogatório do mesmo e o apelante WELLINGTON confessou a participação em alguns crimes, mas negou ter tomado parte em outros.

Ora, não é plausível conceber que um advogado permitiria a tortura de seu cliente na delegacia a fim de se obter uma confissão. Assim, considerando que o advogado presenciou e assinou o Termo de Qualificação e Interrogatório, de fls. 15/17, não é aceitável a versão da defesa de que o apelante LAÉRCIO confessou mediante tortura, de forma que o depoimento extrajudicial pode ser utilizado como um meio de prova acerca da participação do mesmo na prática delitiva em tela.

658

Da mesma forma, não é aceitável a versão do apelante WELLINGTON de que confessou informações inventadas porque estava sob tortura, vez que, em seu depoimento, descreve de forma detalhada as investidas criminosas das quais participou e nega participação em tantas outras. Ora, se a autoridade policial tivesse torturado o apelante a fim de obter confissões, o teria feito em relação a todos os crimes em que havia suspeita de participação do mesmo. No entanto, o apelante negou ter participado de algumas investidas criminosas e confessou em detalhes a participação no delito analisado nestes autos, de forma que sua confissão extrajudicial pode ser considerada prova de sua participação neste caso.

É importante ressaltar, ainda, que os apelantes foram submetidos a Perícia Traumatológica, que demonstrou a inexistência de lesões corporais após a oitiva na delegacia, o que põe por terra, juntamente com os fundamentos já apreciados, as alegações da defesa de que a confissão na seara inquisitória foi obtida através de tortura. Assim, as referidas confissões extrajudiciais podem ser utilizadas como meio de prova, desde que se coadunem com o conjunto probatório obtido durante a instrução judicial.

Nesse contexto, faz-se imperioso observar o depoimento das testemunhas, colhidos em juízo:

Depoimento de JOÃO CARLOS DE MENDONÇA FILHO, fl. 213:

*"Que é gerente geral da agência; Que quando chegou pela manhã estava a agência completamente arrombada, isto em uma segunda-feira; Que eles empurraram o ar-condicionado da sala do 1º andar; Que quebraram o sistema de alarme e arrombaram uma porta de saída e no interior saíram arrombando todas as portas até chegar no cofre; (...) Que o furto durou três dias consecutivos; Que isto é visto na filmagem; Que a segurança era só tecnológica; Que o depoente não chegou a verificar a filmagem, que ela foi vista pelo subgerente Nilton Romulo; Que nessa filmagem aparecem os rostos das pessoas".*

Depoimento de NEWTON ROMULO DE BARROS CAMPOS, fl. 214:

*"Que o depoente viu as fitas de vídeo; Que eles não levaram as referidas fitas; Que quando estavam no cofre eles tomaram o cuidado; Que eles colocaram pé-de-cabra para tentar abrir o cofre; Que*

659

*apesar de terem virado a câmera para cima quando eles pulavam tentando abrir o cofre os rostos deles passavam pela câmera e ela filmava; Que viu as fitas; (...) Que fez o reconhecimento na delegacia do acusado Laércio José da Silva Júnior, sendo o mesmo que o depoente viu nas filmagens".*

Dessa forma, não restam dúvidas de que as confissões extrajudiciais dos apelantes se coadunam com o conjunto probatório colhido durante a instrução processual, tendo em vista os depoimentos do gerente e subgerente da agência bancária vítima nos autos. Assim, há provas suficientes para formar o juízo de certeza do julgador acerca da materialidade e da autoria delitivas.

O STJ tem entendido que a confissão extrajudicial, ainda que retratada em juízo, pode ser utilizada como prova acerca da autoria, desde que corroborada por depoimentos colhidos durante a instrução criminal, isto é, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, como demonstra o seguinte trecho de julgado:

*"Não configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa a condenação baseada em confissão extrajudicial retratada em juízo, corroborada por depoimentos colhidos na fase instrutória. Embora não se admita a prolação do édito condenatório com base em elementos de convicção exclusivamente colhidos durante o inquérito policial, tal situação não se verifica na hipótese, já que o magistrado singular e o Tribunal de origem apoiaram-se também em elementos de prova colhidos no âmbito do devido processo legal" (STJ, HC 115.255/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 09/08/2010).*

A autoria, portanto, está satisfatoriamente comprovada nos autos, não havendo que se falar em reforma da decisão, tendo em vista que as confissões extrajudiciais dos apelantes constituem provas válidas acerca da autoria e que foram corroboradas por provas colhidas em juízo, nos termos da jurisprudência do STJ.

**Posto isso**, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar, pois a nulidade na inversão da ordem de inquirição prevista no art. 212 do CPP é relativa e não restou caracterizada a ocorrência de prejuízo para a defesa, e, no mérito, manter a condenação por entender estarem presentes nos autos provas robustas de que os apelantes participaram da empreitada criminosa, consubstanciadas nas confissões

660

extrajudiciais, corroboradas por depoimentos de testemunhas colhidos em juízo, de forma que deve ser mantida a sentença ora apelada em todos os seus termos.

**É COMO VOTO.**

Recife, 1º de Julho de 2014.



**MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Des. RELATOR



bb

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0067478-62.2009.8.17.0001 (0281567-2)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA E OUTRO**

**APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA**

**RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

**REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Sueli Gonçalves de Almeida**

**VOTO DE REVISÃO**

Sr. Des. Presidente,  
Srs. Desembargadores,  
Sr.(a) Procurador(a).

**WELLINGTON MARCOLINO DA SILVA, vulgo "Mulambudo", e LAÉRCIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR, vulgo "Júnior Negão", foram condenados a 06 (seis) anos de reclusão e multa, pela prática de crime previsto no artigo 155, §4º, incisos I, II e IV, do CP, através de sentença prolatada pela Exma. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital.**

Inconformados, os réus interpõem os presentes recursos de apelação.

Às fls. 583/585, o acusado Wellington Marcolino da Silva diz que a condenação se baseou apenas em prova colhida na

bb2  
fase policial, sem que tenha a magistrada sentenciante observado a ausência de prova, produzida em juízo, do envolvimento dele no crime.

Diz que as testemunhas ouvidas pela autoridade judiciária não o apontaram como tendo sido um dos autores do delito e que as filmagens das câmeras de segurança da agência bancária não foram trazidas aos autos porque são guardadas apenas por 30 (trinta) dias, de modo que já haviam sido apagadas quando da solicitação feita pelo juízo.

Assim, considerando que a condenação teria restado fundamentada apenas em confissões extrajudiciais, pugna pela sua absolvição, com base no disposto no artigo 155 do CPP.

Por sua vez, o apelante Laércio José da Silva Júnior (fls. 603/610), em sede preliminar, pugna pela anulação do feito, a partir da audiência de fls. 212/213, porque não teria sido observada a regra do artigo 212 do CPP, na medida em que a juíza teria inquirido testemunha antes que as partes tivessem terminado de fazê-lo.

No mérito, diz que a acusação feita contra ele não restou comprovada nos autos, pelo que pleiteia a aplicação do princípio do *in dubio pro reo*.

Sem mais, passo de logo à análise de questão preliminar invocada.

### **PRELIMINAR DE NULIDADE**

Aduz o recorrente Laércio José da Silva Júnior, como ponto preliminar, que o feito deve ser anulado porque a juíza não teria respeitado a regra prevista no artigo 212 do CPP, ao não esperar que as partes houvessem terminado de questionar as testemunhas

663  
para, só então, complementar a inquirição acerca dos pontos não esclarecidos.

Diz que, por agir assim, a magistrada afrontou os princípios do devido processo legal e do contraditório.

Pois bem.

Insurge-se a defesa do réu contra fato ocorrido na audiência de fls. 213/215, por ocasião da inquirição da testemunha de acusação Newton Rômulo de Barros Campos pelo Representante do Ministério Público, momento em que a magistrada formulou pergunta referente à possível identificação do réu Laércio como um dos autores do crime.

Tal episódio realmente aconteceu, como resta demonstrado nos autos.

Ocorre que, consoante entendimento consolidado na jurisprudência, a inversão na ordem estabelecida no artigo 212 do CPP acarreta, no máximo, nulidade relativa, de forma que a parte deve demonstrar o prejuízo dela advindo, o que, no meu entender, não ocorreu no caso em debate, vez que plenamente exercido o direito ao contraditório e à ampla defesa. Ademais, deve ser observada a busca pela verdade real, que se impõe no Direito Penal. Neste mesmo sentido:

**STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE TRÂNSITO. HOMICÍDIO CULPOSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE QUANTO À EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA OITIVA DE TESTEMUNHA. NULIDADE RELATIVA NÃO RECONHECIDA. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO PELO ACUSADO. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO PARA O ATO. DEFICIÊNCIA NA DEFESA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 523**



664  
DO STF. INVERSÃO DA ORDEM DAS PERGUNTAS. NULIDADE RELATIVA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7, STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (...) 3. O entendimento firmado neste Sodalício é no sentido de que a nulidade decorrente da inversão da ordem prevista no artigo 212, do Código de Processo Penal, é relativa, necessitando, portanto, para a sua decretação, além de protesto da parte prejudicada no momento oportuno, sob pena de preclusão, da comprovação de efetivo prejuízo para a defesa, em observância ao princípio pas de nullité sans grief, (art. 563, do CPP), o que não ocorreu na hipótese. (...) 5. Agravo regimental não provido. (Agravo Regimental no Recurso Especial 1418870/SC. Quinta Turma. Relator Ministro Moura Ribeiro. Julgamento em 25/03/2014)

De tal modo, tenho por bem rejeitar a preliminar suscitada pelo réu Laércio José da Silva Júnior.

## MÉRITO

665

No mérito, dizem os acusados, basicamente, que não há prova de que tenham cometido o crime narrado na denúncia, até porque os dados colhidos na fase policial não teriam sido corroborados em juízo, o que deveria levar à aplicação do artigo 155 do CPP e do princípio do *in dubio pro reo*.

Da análise dos autos, contudo, entendo que as alegações dos recorrentes não merecem guarida, na medida em que a junção dos elementos de convicção colhidos nas fases policial e judicial leva à certeza de que eles foram autores do crime descrito na denúncia, agindo em concurso com outras pessoas, algumas delas não identificadas.

Assim é que, ao serem ouvidos pela autoridade policial, os apelantes confessaram a prática deste e de vários outros delitos e ainda delataram os seus comparsas.

O acusado Laércio José da Silva Júnior, ao ser inquirido na polícia, na presença de seu advogado (às fls. 15/17), confirmou que “juntamente com ‘Juninho’, Wellington, ‘Binho’, ‘Nadinho’ e ‘Mané’, furtou, por meio de arrombamento a agência do Banco do Brasil do Espinheiro”, utilizando-se de pé-de-cabra, alavanca, chave de fenda, alicate e luvas para não deixarem impressões digitais. Admitiu, ainda, que fugiu da Penitenciária Agroindustrial São João em dezembro de 2007 – o crime de que se trata ocorreu em maio de 2008 – e que, naquele período, já havia cometido outros furtos contra instituições bancárias ao lado dos comparsas.

As declarações de Wellington Marcolino da Silva, também na delegacia, são em sentido semelhante, tendo confessado a prática do crime em comento – com a ajuda, dentre outros, do

bbp  
apelante Laércio - e também de outros furtos a agências bancárias, sempre com integrantes do mesmo bando. Disse, detalhando sua participação nos crimes, que "por ser chaveiro, tem facilidade em abrir portas e cofres, e também é a pessoa encarregada de desativar o alarme (cortando os fios de forma a provocar o retorno, realizando um curto-circuito)".

As afirmações acima foram corroboradas, ainda, pelo acusado Márcio Júnior Correia de Lima, às fls. 63/65, em relação ao qual houve o desmembramento do processo.

É bem verdade que, ao serem inquiridos em juízo, os réus mudaram a sua versão dos fatos, passando a dizer que não tiveram qualquer participação no fato delituoso e que só confessaram na delegacia por terem sido agredidos fisicamente pelos policiais.

Há de se observar, no entanto, que tais alegações dos acusados não encontram eco nos autos, uma vez que, como se vê nas perícias traumatológicas juntadas aos autos (fls. 328/331), não foi encontrada qualquer lesão à integridade corporal ou saúde de qualquer um deles. Além do mais, conforme já destacado, o réu Laércio estava acompanhado de seu advogado quando foi ouvido na delegacia, o que afasta de vez a alegação de tortura.

Nota-se nos autos, também, que os apelantes, mesmo em juízo, admitiram que já se conheciam, tendo ambos ressaltado que tal encontro se deu quando estavam presos por outros crimes.

Frise-se, aliás, que as folhas de antecedentes criminais dos dois apelantes, às fls. 142/146, são impressionantes, constando dali, inclusive, que o recorrente Laércio possui condenação anterior pela prática de roubo a uma agência do Banco HSBC de Piedade, no Jaboaão dos Guararapes.

bb7

Afora as provas acima, há de se destacar que, ao ser ouvido na delegacia, às fls. 13/14, e também pela autoridade judiciária, às fls. 214/215, Newton Rômulo de Barros Campos, funcionário do Banco do Brasil, disse ter reconhecido o acusado Laércio José da Silva Júnior como um dos autores do crime, a partir das imagens realizadas pelas câmeras de segurança da agência bancária.

Logo, diante do farto conjunto probatório contido nos autos, não vislumbro motivo para a reforma da sentença condenatória impugnada, sendo certo que a confissão extrajudicial restou corroborada por outros elementos de convicção colhidos em juízo (sejam provas diretas ou indiciárias), o que se mostra suficiente para alicerçar o decreto condenatório. Neste sentido:

**STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL CORROBORADA POR ELEMENTOS IDÔNEOS COLHIDOS NA FASE INSTRUTÓRIA. DEPOIMENTOS POLICIAIS. POSSIBILIDADE. CONSONÂNCIA COM DEMAIS PROVAS. INOVAÇÃO PROCESSUAL. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (...) 2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é plenamente possível a condenação baseada em confissão extrajudicial retratada em juízo, desde que corroborada por outros depoimentos colhidos na fase instrutória, sendo exatamente esse o caso dos autos. 3. Hipótese em que a condenação do recorrente não foi pautada unicamente na sua confissão extrajudicial (retratada em juízo), uma vez que tal prova não ficou isolada nos autos, estando suficientemente comprovada sua responsabilidade penal. (...) 6. Agravo regimental não provido. (Agravo Regimental no Recurso Especial 1312089/AC. Quinta Turma. Relator Ministro Moura Ribeiro. Julgamento em 22/10/2013)**

668  
Por todo o exposto, em consonância com o entendimento da douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de negar provimento aos recursos interpostos, para o fim de que seja mantida na íntegra a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Quintanilha' or similar, written in a cursive style.